

## **PROJETO PET-SAÚDE: CLIMA**

### **Identificação dos Proponentes**

Secretaria de Saúde Proponente: Prefeitura de Juiz de Fora

Instituição de Educação Superior (IES) Proponente: Universidade Federal de Juiz de Fora

### **Identificação do (a) coordenador (a) do projeto**

Nome Completo: Cynthia Rezende Soares Rodrigues

CPF do (a) coordenador (a): 085191006-86

Função/cargo do (a) coordenador (a) do projeto: Técnico de Nível Superior III - Assistente Social - Prefeitura de Juiz de Fora

Email do (a) coordenador (a): rezende.cy@gmail.com

Telefones do (a) coordenador (a) (fixo e celular): (32)99106-6142

Endereço para correspondência do (a) coordenador (a): Rua Antônio Dias Tostes, nº677 apto 202 Bloco G, Bairro Granbery, Juiz de Fora - MG. CEP: 36010-370

### **Eixos Temáticos do Projeto**

(X) Eixo I: Produção do cuidado no território e vigilância em saúde na resposta às emergências climáticas e ambientais, orientadas pela equidade em saúde.

(X) Eixo II: Acesso à atenção especializada e integralidade do cuidado na resposta às emergências climáticas e ambientais, orientados pela equidade em saúde.

(X) Eixo III: Comunicação e inovação em saúde orientadas pela equidade em saúde para o enfrentamento das emergências climáticas e ambientais.

### **Grupos de Aprendizagem Tutorial do projeto**

Número de grupos solicitados:

3  4  5

**Curso (s) envolvido(s):**

§ Cursos da área da saúde (mínimo de três): Biologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia.

§ Cursos das áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Exatas e Tecnológicas (mínimo de um): Comunicação Social, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Geografia, Serviço Social.

### **Composição dos Grupos de Aprendizagem Tutorial**

*Conforme Capítulo 5 do Edital.*

Descrever a composição de cada grupo, informando:

- Cursos envolvidos:
- número de participantes por categoria:
- coordenador(a) do grupo:
- vinculação institucional (IES/serviço):

EIXO I:

Grupo 1: Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental - DVEA

O DVEA constitui um pilar fundamental da gestão em saúde pública, atuando na intersecção entre o monitoramento de doenças e a análise dos fatores ambientais que condicionam a saúde coletiva. Sua missão principal é a vigilância contínua, que permite a detecção oportuna de mudanças no comportamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis, além de eventos de saúde pública de importância nacional ou municipal. Através da coleta, consolidação e análise sistemática de dados, o departamento fornece subsídios técnicos para o planejamento de políticas públicas e para a tomada de decisões estratégicas da Secretaria de Saúde.

No campo da Vigilância Epidemiológica, o departamento é responsável pela gestão das notificações compulsórias e pela investigação de surtos, visando a interrupção da cadeia de transmissão e o controle de agravos. Já na vertente da Vigilância Ambiental, o foco recai sobre o monitoramento dos determinantes físicos, químicos e biológicos do meio ambiente que podem interferir na saúde humana. Isso inclui o controle de vetores e reservatórios, a vigilância da qualidade da água para consumo humano e o monitoramento de contaminantes ambientais no solo e no ar.

A atuação do DVEA é marcada pela transversalidade, estabelecendo fluxos de comunicação direta com a Atenção Primária à Saúde e com os serviços de urgência e emergência. Em contextos de crise, como o recente estado de calamidade decorrente das chuvas extremas, o departamento assume um papel crítico na mitigação de riscos

sanitários, como o aumento da incidência de arboviroses ou doenças de veiculação hídrica, operando na linha de frente da proteção da população e na orientação de medidas preventivas nos territórios vulneráveis.

	Categoria
Coordenador tutor (Saúde)	Farmácia
Tutor	Engenharia Civil ou Ambiental
Preceptor	Enfermagem
Preceptor	Enfermagem
Aluno 1	Enfermagem
Aluno 2	Farmácia
Aluno 3	Engenharia Civil
Aluno 4	Engenharia Ambiental
Aluno 5	Biologia
Aluno 6	Serviço Social
Aluno 7	Medicina Veterinária
Aluno 8	Farmácia

## Grupo 2: DSAT

### Departamento de Vigilância em Saúde do Trabalhador (DVISAT)

O DVISAT é uma unidade estratégica que integra o sistema de Vigilância em Saúde, tendo como missão a execução de ações contínuas e sistemáticas para a promoção e proteção da saúde dos trabalhadores. Sua atuação fundamenta-se na investigação e análise criteriosa de agravos e doenças relacionados ao trabalho (RT), permitindo a compreensão dos nexos causais entre a atividade produtiva e o adoecimento.

Além da dimensão analítica, o departamento exerce a vigilância direta dos ambientes e processos de trabalho. O foco reside na intervenção sobre os fatores de risco e na garantia de condições de biossegurança e saúde ocupacional, assegurando que os espaços laborais cumpram as normativas de proteção vigentes.

No âmbito territorial, o DVISAT desempenha um papel crucial na análise do perfil produtivo local, identificando as populações mais vulneráveis aos riscos industriais, comerciais ou de serviços. Esta atuação é pautada pela intersectorialidade, estabelecendo parcerias sólidas com a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Vigilância Ambiental. Juntas, essas frentes desenvolvem estratégias de educação em saúde e intervenções territoriais que visam a redução das iniquidades e o fortalecimento do cuidado integral ao trabalhador.

	Categoria
Coordenador tutor (Saúde)	Fisioterapia
Tutor	Odontologia
Preceptor	Serviço Social
Preceptor	Enfermagem
Aluno 1	Fisioterapia
Aluno 2	Fisioterapia
Aluno 3	Psicologia
Aluno 4	Odontologia
Aluno 5	Engenharia Civil
Aluno 6	Engenharia Ambiental
Aluno 7	Medicina
Aluno 8	Serviço Social

## EIXO II: ACESSO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA E INTEGRALIDADE DO CUIDADO NA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS, ORIENTADASS PELA EQUIDADE EM SAÚDE

### Grupo 3: Caps Leste

O CAPS Leste é um serviço estratégico da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), atualmente responsável pela cobertura dos territórios Leste, Nordeste e parte da região Central, abrangendo uma população estimada de aproximadamente 226 mil habitantes, sendo cerca de 123 mil na região Central, 78 mil na região Leste e 24 mil na região Nordeste.

Inserido em um território de elevada demanda assistencial, o CAPS Leste exerce papel fundamental como retaguarda especializada para 14 UBS, consolidando-se como referência no cuidado em saúde mental no âmbito da APS. Essa ampla abrangência territorial reforça sua centralidade na organização do cuidado e evidencia a pressão assistencial contínua sobre o serviço.

A equipe multiprofissional do CAPS Leste é composta por psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e médicos, que atuam de forma integrada na oferta de cuidado contínuo e territorializado. Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se: acolhimentos, atendimentos individuais e em grupo, consultas médicas e multiprofissionais, além da realização de oficinas terapêuticas, que visam promover autonomia, socialização e qualidade de vida aos usuários.

	Categoria
Coordenador tutor (Saúde)	Psicologia
Tutor	Biologia
Preceptor	Psicologia
Preceptor	Serviço social
Aluno 1	Odontologia
Aluno 2	Psicologia
Aluno 3	Biologia
Aluno 4	Educação Física
Aluno 5	Medicina
Aluno 6	Medicina
Aluno 7	Comunicação
Aluno 8	Geografia

#### Grupo 4: UBS Linhares

A Unidade Básica de Saúde Linhares se situa na região leste do município e é responsável pelo acompanhamento de uma população estimada entre 20.000 e 23.000 habitantes, abrangendo os bairros Linhares, Bom Jardim e parte da área de influência do Vitorino Braga. O território configura-se como um polo dinâmico de serviços que abriga uma rede de apoio intersetorial composta pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), além de creches e escolas municipais. Um diferencial relevante da área de abrangência é a presença de duas unidades do sistema prisional, a Penitenciária Ariosvaldo Campos Pires e o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp), o que demanda fluxos específicos de atenção à saúde.

O perfil do território é híbrido, compreendendo uma vasta área urbana com comércio local intenso e uma zona rural adjacente, o Vale dos Peões, que se destaca pela produção de hortifrutigranjeiros por pequenos produtores responsáveis pelo abastecimento de diversas feiras da cidade. Para suprir essa complexidade demográfica, a UBS conta com sete equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF). O corpo profissional é multidisciplinar, integrando categorias da medicina, enfermagem, odontologia, farmácia, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde. A unidade mantém funcionamento estendido de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, com abertura complementar aos sábados, das 7h às 12h.

Atualmente, o território é marcado por uma acentuada vulnerabilidade socioambiental, agravada pelas chuvas extremas que atingiram o município de Juiz de Fora no início de 2026. A topografia da região, somada à ocupação urbana, resultou em episódios críticos de deslizamentos de terra e interdição de vias, dificultando o deslocamento de usuários e o acesso das equipes de saúde a determinadas microáreas. Além dos danos estruturais e geológicos, a questão hídrica tornou-se um desafio central, com impactos diretos no abastecimento de água potável e no manejo de resíduos, o que potencializa os riscos de

doenças infectocontagiosas. Essa conjuntura de calamidade pública exigiu uma reorganização das práticas de saúde mental e vigilância, priorizando o acolhimento das famílias desabrigadas e o monitoramento das condições de vida nas áreas de encosta e no cinturão produtivo do Vale dos Peões.

	Categoria
Coordenador tutor (Saúde)	Enfermagem
Tutor	Comunicação
Preceptor	Medicina
Preceptor	Enfermagem
Aluno 1	Enfermagem
Aluno 2	Farmácia
Aluno 3	Comunicação
Aluno 4	Educação Física
Aluno 5	Serviço Social
Aluno 6	Nutrição
Aluno 7	Fisioterapia
Aluno 8	Engenharia Ambiental

### EIXO III: COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE ORIENTADAS PELA EQUIDADE EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS.

#### Grupo 5:UBS Santa Luzia

Situada na região sul de Juiz de Fora, a Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Luzia atende a um território exclusivamente urbano com população estimada entre 21 e 26 mil habitantes. A região caracteriza-se por ser um polo dinâmico de serviços, abrigando diversas escolas, creches, comércio local intenso e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

O território é marcado por uma vulnerabilidade socioambiental complexa, evidenciada por eventos climáticos recorrentes. Além de sofrer historicamente, desde a década de 1970, com o transbordamento do córrego que atravessa a região, a localidade também enfrenta sérios problemas de deslizamentos de terra em suas áreas de encosta. Esse cenário de inundações e instabilidade geológica impacta diretamente as condições de moradia e o perfil de saúde da população, exigindo vigilância constante das equipes.

Para responder a essa realidade, a UBS conta com sete equipes de Saúde da Família. O corpo profissional é multidisciplinar, integrando Medicina, Serviço Social, Enfermagem, Odontologia e Farmácia, além de técnicos de enfermagem, agentes

comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. A unidade funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados, das 7h às 12h.

	Categoria
Coordenador tutor (Saúde)	Nutrição
Tutor	Geografia
Preceptor	Enfermagem
Preceptor	Enfermagem/Farmácia
Aluno 1	Nutrição
Aluno 2	Nutrição
Aluno 3	Geografia
Aluno 4	Comunicação
Aluno 5	Medicina Veterinária
Aluno 6	Enfermagem
Aluno 7	Psicologia
Aluno 8	Odontologia

### **Orientadores(as) de Serviço**

O projeto prevê a seleção de, no mínimo, 01 (um) Orientador(a) de Serviço?

Sim       Não

Intenção de haver 1 orientador de serviço para cada eixo temático do projeto, sendo:

Eixo 1- Profissional de saúde atuando na Defesa Civil de Juiz de Fora

Eixo 2- Representante do Conselho Municipal de Saúde

Eixo 3- Representante de Movimento Social atuante na região Sul de Juiz de Fora

### **CARACTERIZAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PROJETO**

*1.1. Contextualização, Justificativa e Análise Situacional do Território (Até 1.200 palavras)*

Apresentar:

§ contextualização do projeto à luz da temática CLIMA, considerando a equidade em saúde no enfrentamento às emergências climáticas e ambientais no âmbito do SUS, dos Eixos Temáticos e dos documentos norteadores;

§ análise situacional do território onde o projeto será desenvolvido, considerando:

- a) os determinantes e condicionantes sociais da saúde;
- b) as vulnerabilidades sociais, territoriais e ambientais;
- c) os impactos das emergências climáticas e ambientais;
- d) a organização da rede de atenção e das ações de vigilância;
- e) A articulação ensino-serviço-comunidade.

§ justificativa da proposta.

Com população estimada em 567.730 habitantes (IBGE, 2025), Juiz de Fora configura-se como polo regional de saúde, sendo referência assistencial para aproximadamente 767 mil pessoas em até 200 municípios, conforme a Resolução SES/MG nº 9224/2023. O município possui rede estruturada de atenção à saúde, composta por 65 Unidades Básicas de Saúde, 238 Equipes de Saúde da Família, serviços especializados e rede hospitalar de urgência e emergência. A gestão do SUS municipal é organizada pela Secretaria de Saúde, articulando atenção primária, vigilância em saúde, planejamento, regulação e atenção especializada. O território conta ainda com instâncias de participação e apoio, como o Conselho Municipal de Saúde, Ouvidoria de Saúde e CEREST, além do Plano Municipal Participativo de Saúde 2026–2029, instrumento orientador das ações e prioridades do SUS local. O perfil demográfico do município evidencia processo de envelhecimento populacional, com predominância feminina nas faixas etárias mais avançadas, coexistindo com importante contingente de crianças e adolescentes. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas integrais e equitativas, capazes de responder às demandas de diferentes grupos populacionais e às desigualdades sociais e territoriais presentes no município (Juiz de Fora, 2025). As emergências climáticas representam um dos principais desafios contemporâneos para a saúde pública, em razão do aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, como enchentes, deslizamentos e ondas de calor. Esses fenômenos impactam diretamente a morbimortalidade, a segurança alimentar, o acesso à água e a organização dos serviços de saúde, atingindo de forma mais intensa populações historicamente vulnerabilizadas e evidenciando a relação entre mudanças climáticas, desigualdades sociais e iniquidades em saúde (WHO, 2024; Rocha; Londe, 2021). Somente em 2024, desastres naturais afetaram, globalmente, mais de 160 milhões de pessoas (UNDRR, 2025). Em fevereiro de 2026, Juiz de Fora vivenciou a maior tragédia climática de sua história recente, marcada por inundações e movimentos de massa em áreas densamente ocupadas, resultando em óbitos, pessoas desalojadas e graves danos à infraestrutura urbana e aos serviços públicos (UFJF-Notícias, 2026). O desastre foi desencadeado por precipitações extremas que totalizaram 763,6 mm no mês, volume muito superior à média histórica de 170,03 mm (INMET, 2026). Entre os

dias 23 e 27 de fevereiro, registraram-se 401 mm de chuva, concentrando mais da metade do acumulado mensal em apenas cinco dias. A configuração territorial do município contribui para a elevada vulnerabilidade socioambiental. O processo histórico de ocupação urbana avançou sobre encostas com alta declividade, frequentemente sem infraestrutura adequada de drenagem e contenção. Associado à impermeabilização do solo, esse padrão de urbanização aumenta a suscetibilidade a enchentes, enxurradas e deslizamentos (Ferreira *et al.*, 2025). Dados da Defesa Civil municipal (2026) indicam que aproximadamente 23,7% da população reside em áreas de risco, enquanto o MAPBIOMAS (2026) aponta Juiz de Fora como a terceira cidade brasileira com maior ocupação em terrenos com inclinação superior a 30%. Os impactos das emergências climáticas extrapolam os danos imediatos e afetam diretamente a organização do SUS. Eventos extremos podem ocasionar danos estruturais às unidades de saúde, interrupção de serviços, perda de insumos e sobrecarga assistencial, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), responsável pela coordenação do cuidado e pela vigilância territorial. Além disso, comprometem a articulação entre os níveis da Rede de Atenção à Saúde, dificultando o acesso à atenção especializada e a continuidade do cuidado, sobretudo para populações em situação de maior vulnerabilidade social e territorial (Freitas *et al.*, 2014; Freitas *et al.*, 2018). Do ponto de vista epidemiológico, observa-se aumento de doenças de veiculação hídrica, arboviroses, agravos respiratórios, dermatológicos e sofrimento mental, além da descompensação de doenças crônicas em decorrência da interrupção do cuidado contínuo. Esses agravos concentram-se em territórios com maior vulnerabilidade socioambiental, evidenciando a necessidade de respostas orientadas pela equidade e pela análise interseccional das vulnerabilidades (Barbosa; Rocha; Londe, 2021). Nesse contexto, a equidade em saúde constitui princípio orientador central para o enfrentamento das emergências climáticas. Populações periféricas, comunidades rurais, população negra, pessoas em situação de rua e idosos apresentam maior exposição aos riscos ambientais e menor capacidade de resposta frente aos desastres. Dessa forma, torna-se fundamental incorporar ações afirmativas e estratégias territorializadas e fundamentadas nos aspectos interseccionais, no planejamento das políticas públicas, incluindo fortalecimento da APS, ampliação da vigilância em saúde e participação ativa das comunidades na construção das respostas (Barros; Sousa, 2016; Marengo, 2024). O projeto alinha-se ao Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima do Setor Saúde (AdaptaSUS 2024–2035), ao Plano de Ação em Saúde de Belém e ao Programa Brasil Saudável: Unir para Cuidar, incorporando estratégias de vigilância em saúde, comunicação de risco, fortalecimento da APS e atuação intersetorial para ampliação da capacidade de resposta do SUS frente às mudanças climáticas (BRASIL, 2025). A parceria entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Prefeitura de Juiz de Fora fundamenta-se na integração ensino-serviço-comunidade já consolidada no território, fortalecida pela existência do COAPES, instrumento que organiza os cenários de prática e a articulação entre formação, pesquisa, serviços e comunidade. A ampla diversidade de cursos da universidade, associada à estrutura da rede municipal de saúde, favorece o desenvolvimento de ações interprofissionais, territorializadas e orientadas pela equidade

nos três eixos do projeto: vigilância e cuidado no território, integralidade do cuidado e comunicação e inovação em saúde. Nesse contexto, o projeto também contribuirá para o fortalecimento da Educação Permanente em Saúde (EPS), promovendo processos formativos interprofissionais voltados à qualificação de estudantes, residentes, trabalhadores e gestores do SUS para atuação frente às emergências climáticas e ambientais, articulando formação, práticas territoriais e organização do processo de trabalho em saúde. Nesse cenário, o PET-Saúde: Clima apresenta-se como estratégia potente para fortalecer a integração entre ensino, serviço e comunidade na resposta às emergências climáticas e ambientais. O projeto propõe ações interprofissionais voltadas à vigilância popular em saúde e clima, à qualificação do cuidado e do acesso à rede de atenção, bem como ao desenvolvimento de estratégias de comunicação e inovação em saúde articuladas aos territórios e às necessidades do SUS. Também prevê ações voltadas ao fortalecimento do letramento em saúde e clima, à ampliação do acesso qualificado à informação e ao enfrentamento da desinformação em contextos de emergências climáticas e ambientais. A Vigilância Popular em Saúde (VPS) constitui eixo transversal do projeto, articulando vigilância popular, participativa e crítica na integração entre universidade, serviços de saúde e comunidade. Essa perspectiva reconhece os saberes locais, fortalece o protagonismo comunitário na produção de dados e análise de riscos e contribui para a construção compartilhada de estratégias de cuidado, vigilância e comunicação em saúde orientadas pela equidade frente às emergências climáticas e ambientais. A adoção da Vigilância Popular em Saúde como eixo transversal do projeto dialoga ainda com o recente protagonismo internacional de Juiz de Fora na agenda climática. O município foi reconhecido no prêmio Local Leaders Awards 2025, durante a COP30, em razão de iniciativas relacionadas à neutralidade climática, transição energética, coleta seletiva e eficiência hídrica. Esse reconhecimento reforça a relevância de estratégias territoriais integradas e participativas para o enfrentamento das mudanças climáticas, evidenciando o potencial do município para desenvolver ações inovadoras articuladas à vigilância em saúde, à participação social e à promoção da equidade socioambiental.

## 1.2. Objetivos do Projeto por Eixo

Apresentar os objetivos específicos do projeto, organizados por eixo temático (Eixo I, II e/ou III), em consonância com os objetivos definidos neste Edital.

### ***EIXO I: PRODUÇÃO DO CUIDADO NO TERRITÓRIO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE NA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS, ORIENTADAS PELA EQUIDADE EM SAÚDE***

*OBJETIVO Ano 1: Implantar a vigilância popular em saúde e clima nos territórios, articulada à vigilância em saúde do SUS, por meio da integração ensino-serviço-comunidade e do desenvolvimento de práticas interprofissionais e*

*participativas, com protagonismo comunitário na produção de dados, análise de riscos e resposta às emergências climáticas, orientadas pela equidade em saúde.*

*OBJETIVO Ano 2: Consolidar a vigilância popular em saúde e clima nos territórios, ampliando sua integração à vigilância em saúde do SUS e fortalecendo a autonomia comunitária na produção de dados, análise de riscos e resposta às emergências climáticas, com sustentabilidade e incorporação às práticas do cuidado orientadas pela equidade.*

## ***EIXO II: ACESSO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA E INTEGRALIDADE DO CUIDADO NA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS, ORIENTADAS PELA EQUIDADE EM SAÚDE***

*OBJETIVO Ano 1: Analisar e qualificar o acesso visando a integralidade do cuidado em saúde de populações afetadas por eventos climáticos e ambientais, incorporando a vigilância popular na construção de fluxos assistenciais e respostas do SUS.*

*OBJETIVO Ano 2: Qualificar a coordenação do cuidado na rede de atenção à saúde por meio de linhas de cuidado construídas de forma participativa e orientadas pela equidade para o atendimento de usuários impactados por eventos climáticos e ambientais.*

## ***EIXO III: COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE ORIENTADAS PELA EQUIDADE EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS.***

*OBJETIVO - Ano 1: Desenvolver e implementar estratégias territoriais de comunicação e inovação em saúde, baseadas na educação popular e orientadas pela equidade, articuladas à Atenção Primária e à Vigilância em Saúde, com foco na formação de atores locais, no fortalecimento de redes comunitárias de comunicação e na ampliação do acesso qualificado à informação em saúde e clima.*

*OBJETIVO - Ano 2: Consolidar e expandir as redes comunitárias de comunicação em saúde e clima, promovendo o uso qualificado da informação, a comunicação de risco e a incorporação de estratégias inovadoras no processo de trabalho das equipes, fortalecendo a resposta do SUS às emergências climáticas e ambientais nos territórios.*

### **1.3. Planejamento Estratégico por Eixo e por Ano de Execução**

§ Para cada eixo selecionado, o projeto deverá apresentar o planejamento conforme a estrutura abaixo, podendo organizar por Ano 1 e Ano 2: Objetivo do eixo no projeto: *(descrever)*

***EIXO 1: PRODUÇÃO DO CUIDADO NO TERRITÓRIO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE NA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS, ORIENTADAS PELA EQUIDADE EM SAÚDE***

*OBJETIVO Ano 1: Implantar a vigilância popular em saúde e clima nos territórios, articulada à vigilância em saúde do SUS, por meio da integração ensino–serviço–comunidade e do desenvolvimento de práticas interprofissionais e participativas, com protagonismo comunitário na produção de dados, análise de riscos e resposta às emergências climáticas, orientadas pela equidade em saúde.*

*OBJETIVO Ano 2: Consolidar a vigilância popular em saúde e clima nos territórios, ampliando sua integração à vigilância em saúde do SUS e fortalecendo a autonomia comunitária na produção de dados, análise de riscos e resposta às emergências climáticas, com sustentabilidade e incorporação às práticas do cuidado orientadas pela equidade.*

<b>Meta</b>	<b>Indicador da Meta</b>	<b>Ações/ Atividades</b>	<b>Prazo</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Implantar Fóruns de Vigilância Popular em Saúde e Clima em territórios prioritários	Nº de fóruns	Mobilização da comunidade; articulação com APS; mobilização de lideranças, ACS e estudantes	Ano 1–2	Coordenação e equipe PET	APS, associações comunitárias, movimentos sociais
Estruturar observatório de vigilância popular em saúde e clima	Observatório implantado e em funcionamento	Sistematização de dados comunitários e institucionais; planejamento e execução de devolutivas à população e gestão	Ano 2	Coordenação e equipe PET	Secretaria de Saúde, UFJF, associações comunitárias, movimentos sociais
Desenvolver competências em vigilância em saúde e clima com base na integração ensino–serviço–comunidade orientadas pela Educação permanente em saúde	Nº de processos formativos realizados; Nº de agentes formados	Oficinas interprofissionais de educação permanente para APS, comunidade acadêmica e equipe PET; formação de agentes populares de vigilância em saúde e clima;	Ano 1–2	Coordenação e equipe PET, UFJF, Secretaria de Saúde	Instituições municipais, estaduais ou federais com competência específica

Realizar mapeamento participativo de vulnerabilidades socioambientais e riscos climáticos, com sistematização dos dados para subsidiar ações de comunicação em saúde e painéis territoriais	% de territórios com mapas participativos validados	Cartografia social participativa; identificação de riscos, agravos e recursos com priorização de populações vulnerabilizadas	Ano 1	Coordenação e equipe PET, ACS e ACE	Defesa civil, comunidade
Integrar as ações de vigilância popular em saúde e clima propostas aos processos de cuidado na Atenção Primária à Saúde (APS)	Nº de ações de cuidado planejadas a partir dos dados da vigilância; nº de equipes da APS envolvidas	- Discussão dos dados produzidos pelos fóruns de Vigilância Popular em Saúde e Clima com equipes da APS  - Planejamento conjunto de intervenções nos territórios  - Acompanhamento de casos e situações prioritárias	Ano 1-2	Coordenação e equipe PET, APS, Vigilância em Saúde	Secretaria de saúde, movimentos sociais.
Construir plano de contingência em eventos climáticos para a Vigilância em Saúde do SUS articulada com a Vigilância Popular em Saúde e Clima	Nº de territórios com protocolos implementados	Desenvolvimento de protocolos comunitários de referência e contrarreferência do SUS em emergências; Construção coletiva de orientações práticas para usuários; Consolidação das informações produzidas sobre itinerários, fluxos e protocolos.	Ano 2	Fóruns de Vigilância Popular em Saúde e Clima; Equipe PET	APS, defesa civil, Atenção especializada

***EIXO II: ACESSO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA E INTEGRALIDADE DO CUIDADO NA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS, ORIENTADAS PELA EQUIDADE EM SAÚDE***

*OBJETIVO Ano 1: Analisar e qualificar o acesso visando a integralidade do cuidado em saúde de populações afetadas por eventos climáticos e ambientais, incorporando a vigilância popular na construção de fluxos assistenciais e respostas do SUS.*

*OBJETIVO Ano 2: Qualificar a coordenação do cuidado na rede de atenção à saúde por meio de linhas de cuidado construídas de forma participativa e orientadas pela equidade para o atendimento de usuários impactados por eventos climáticos e ambientais.*

<b>Meta</b>	<b>Indicador da Meta</b>	<b>Ações/ Atividades</b>	<b>Prazo</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Analisar itinerários terapêuticos com participação comunitária	Nº de itinerários analisados com participação dos Fóruns de Vigilância Popular em Saúde e Clima	Entrevistas, grupos focais, análise de trajetórias no SUS	Ano 1	Equipe PET, Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde, APS, usuários
Identificar barreiras de acesso e necessidades de saúde pós-eventos climáticos	Relatório analítico elaborado	Levantamento de dados; análise de acesso, tempo de espera e continuidade do cuidado	Ano 1	Equipe PET, Secretaria de Saúde	Secretaria de Saúde, Defesa Civil, movimentos sociais
Criar fluxos assistenciais integrados APS–atenção especializada	Nº de fluxos pactuados	Realização de oficinas com profissionais e comunidade; discussão das propostas de pactuação de linhas de cuidado	<b>Ano 2</b>	Equipe PET, Secretaria de Saúde (Departamento de Atenção Integral à Saúde)	APS, regulação, Vigilância em Saúde
Incorporar a temática das mudanças climáticas e seus	Nº de residentes envolvidos; nº de atividades formativas	Inserção dos residentes nas ações do PET nos territórios	Ano 1-2	Equipe PET e coordenações das residências	Programas de Residência, APS,

impactos na saúde no processo formativo da Residência Multiprofissional, com foco na atuação territorial	realizadas; inserção da temática nos cenários de prática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de atividades formativas sobre clima e saúde</li> <li>- Integração com preceptores e equipes da APS</li> <li>- Participação dos residentes em ações de vigilância e comunicação em saúde</li> </ul>			Secretaria de Saúde
Articular o PET-Saúde com projetos de extensão universitária e ligas acadêmicas, fortalecendo a integração ensino-serviço-comunidade	Nº de projetos/ligas envolvidos; nº de ações integradas realizadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapeamento de projetos de extensão e ligas com interface em saúde e clima</li> <li>- Planejamento conjunto de ações nos territórios</li> <li>- Inserção de estudantes em atividades do PET</li> <li>- Desenvolvimento de ações interprofissionais e comunitárias</li> </ul>	Ano 1-2	Coordenação PET, tutores	Pró-reitoria de extensão, coordenações de curso, coordenadores de projetos de extensão, ligas acadêmicas, universidade

***EIXO III: COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE ORIENTADAS PELA EQUIDADE EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS.***

***OBJETIVO - Ano 1:*** Desenvolver e implementar estratégias territoriais de comunicação e inovação em saúde, baseadas na educação popular e orientadas pela equidade, articuladas à Atenção Primária e à Vigilância em Saúde, com foco na formação de atores locais, no fortalecimento de redes comunitárias de comunicação e na ampliação do acesso qualificado à informação em saúde e clima.

***OBJETIVO - Ano 2:*** Consolidar e expandir as redes comunitárias de comunicação em saúde e clima, promovendo o uso qualificado da informação, a comunicação de risco e a incorporação de estratégias inovadoras no processo de trabalho das equipes, fortalecendo a resposta do SUS às emergências climáticas e ambientais nos territórios.

<b>Meta</b>	<b>Indicador da Meta</b>	<b>Ações/ Atividades</b>	<b>Prazo</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Parceiros</b>
Estruturar processos de Educação Permanente em Saúde (EPS) em comunicação e clima nos territórios	Nº de ciclos de EPS realizados; nº de trabalhadores e estudantes participantes; % de equipes da APS envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico das necessidades formativas com equipes da APS e vigilância</li> <li>- Planejamento e execução de ciclos de EPS integrando comunicação, clima e saúde</li> <li>- Oficinas de comunicação de risco e enfrentamento à desinformação</li> <li>- Inserção dos estudantes nas atividades dos serviços</li> </ul>	Ano 1–2	Equipe PET	APS, VS, Secretaria de Saúde
Formar comunicadores populares em saúde e clima articulados ao SUS	Nº de comunicadores formados; nº de territórios com comunicadores ativos; taxa de continuidade das ações comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficinas de comunicação popular e educação em saúde</li> <li>- Formação em mídias comunitárias e letramento digital crítico</li> <li>- Acompanhamento dos comunicadores nos territórios</li> <li>- Integração com ações da APS</li> </ul>	Ano 1–2	Equipe PET, Secretaria de Saúde	Associações comunitárias, lideranças locais, escolas
Implantar rede territorial de comunicação em saúde e	Nº de territórios com rede ativa; nº de parceiros envolvidos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação com rádios comunitárias, coletivos e associações</li> </ul>	Ano 1–2	Equipe PET	Rádios comunitárias, coletivos locais, APS, Defesa

clima integrada à APS	frequência de ações de comunicação realizadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de fluxos de comunicação entre serviços de saúde e comunidade</li> <li>- Planejamento de estratégias de comunicação em situações de risco climático</li> <li>- Reuniões periódicas da rede</li> </ul>			Civil, Secretaria de Comunicação Prefeitura de Juiz de Fora, Diretoria de Comunicação UFJF.
Produzir e difundir conteúdos em saúde e clima adaptados aos territórios	Nº de materiais produzidos; alcance estimado das ações; diversidade de formatos utilizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção de vídeos, podcasts, cartilhas e materiais gráficos</li> <li>- Desenvolvimento de conteúdos sobre riscos climáticos e saúde</li> <li>- Testagem e validação dos materiais com a comunidade</li> <li>- Difusão em mídias comunitárias e digitais</li> </ul>	Ano 1–2	Equipe PET, Secretaria de Saúde, Defesa Civil	Comunidade, mídias locais, escolas, Secretaria de Comunicação Prefeitura de Juiz de Fora, Diretoria de Comunicação UFJF.
Desenvolver ações de letramento digital crítico em saúde	Nº de oficinas realizadas; nº de participantes; avaliação de compreensão sobre desinformação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficinas sobre uso crítico da informação em saúde</li> <li>- Atividades sobre identificação de fake news e comunicação de risco</li> <li>- Apoio ao uso de tecnologias digitais no acesso à informação em saúde</li> </ul>	Ano 1–2	Equipe PET	Escolas, comunidade, APS

		- Integração com escolas e grupos comunitários			
Implantar painéis comunitários de saúde e clima para apoio à decisão local, com base nos dados produzidos pela vigilância popular e cartografia social dos territórios	Nº de painéis implementados; nº de territórios cobertos; uso dos painéis por serviços e comunidade	- Levantamento de dados territoriais (saúde, ambiente, vulnerabilidades) - Construção participativa dos painéis - Desenvolvimento de visualizações acessíveis - Apresentação e uso dos painéis em espaços da APS e comunidade	Ano 2	Equipe PET	APS, Vigilância em Saúde, UFJF
Desenvolver memorial digital de eventos climáticos extremos como dispositivo de vigilância e educação	Memorial estruturado; nº de registros e narrativas coletadas; uso em atividades de ensino e EPS	- Coleta de relatos, dados e registros sobre eventos climáticos - Sistematização de impactos em saúde - Produção de plataforma digital acessível - Uso do material em ações educativas e de planejamento em saúde	Ano 2	Equipe PET, Secretaria de Saúde	Comunidade, Defesa Civil, Secretaria de Saúde, Secretaria de Comunicação Prefeitura de Juiz de Fora, Diretoria de Comunicação UFJF.
Integrar comunicação em saúde às estratégias de resposta às emergências climáticas no território	Nº de planos locais com componente de comunicação; nº de ações realizadas em situações de risco	- Articulação com vigilância e Defesa Civil - Desenvolvimento de estratégias de comunicação de risco	Ano 1–2	Equipe PET	APS, Vigilância e Defesa Civil

		- Simulações e ações educativas sobre eventos extremos  - Apoio às equipes da APS em situações de emergência			
--	--	--	--	--	--

**Estratégias de Articulação Interprofissional, Interinstitucional e Comunitária**  
**Descrever as estratégias de articulação:**

entre os cursos envolvidos;

entre IES, serviços de saúde e gestão;

com os Orientadores(as) de Serviço;

com a comunidade, movimentos sociais e demais atores do território.

com Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima do Setor Saúde (AdaptaSUS 2024–2035, o Plano de Ação em Saúde de Belém e o Programa Brasil Saudável: Unir para Cuidar, para adaptação do setor de saúde às mudanças climáticas.

O projeto fundamenta-se na necessidade de respostas coordenadas frente às emergências climáticas e ambientais, tomando como ponto de partida as articulações já existentes no município, intensificadas pelos eventos recentes. Nesse sentido, propõe um modelo de articulação sistêmica que visa fortalecer iniciativas em curso e mobilizar novas ações, integrando formação interprofissional, rede intersetorial, serviços de saúde, gestão, Conselho Municipal de Saúde e movimentos sociais. As estratégias de articulação serão estruturadas em três eixos operacionais e complementares, considerando as especificidades do território: 1. Tutoria interprofissional em clima, saúde e equidade: será desenvolvida uma matriz pedagógica integrada entre os cursos participantes, articulando ensino, serviço e comunidade. A estratégia inclui a realização de rodas mensais de integração e formação, com rodízio de tutoria por competência temática, associadas à atuação conjunta de estudantes, preceptores e tutores nos territórios e nos cenários da Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada e da Vigilância em Saúde. Essa dinâmica visa promover práticas interprofissionais no cotidiano dos serviços, qualificando o cuidado e a resposta às emergências climáticas a partir das necessidades territoriais. 2. Articulação de rede territorial e fórum popular de saúde e clima: o projeto fomentará a constituição e o fortalecimento de uma rede ampliada de articulação territorial, envolvendo serviços de saúde, vigilância, Defesa Civil, assistência social, educação, Conselho Municipal de Saúde, movimentos sociais e lideranças comunitárias. Será instituído um fórum popular de saúde e clima como espaço permanente de diálogo, participação social e construção coletiva. As ações incluem o mapeamento de

movimentos sociais e lideranças, especialmente nos territórios mais vulnerabilizados, e a promoção de estratégias integradas de comunicação, vigilância e cuidado. Destaca-se a participação ativa da UFJF no Conselho Municipal de Saúde, potencializando a articulação entre universidade, gestão e controle social. 3. Comitê gestor local do PET-Saúde: será instituído um comitê gestor com representantes da instituição de ensino superior, da Secretaria Municipal de Saúde e dos serviços, com reuniões bimestrais destinadas ao acompanhamento, avaliação e reorientação das ações do projeto. Esse espaço assegurará a integração interinstitucional e a aderência das atividades às necessidades do território e às prioridades do SUS. De forma transversal, os(as) orientadores(as) de serviço atuarão como mediadores estratégicos na integração entre ensino, serviço e comunidade, contribuindo para o reconhecimento das vulnerabilidades, a análise de riscos e o planejamento e execução das ações no cotidiano dos serviços, em articulação com as equipes da Atenção Primária, Atenção Especializada e da Vigilância em saúde. A integração entre os diferentes atores será orientada pela co-construção de diagnósticos, pelo planejamento participativo e pela atuação em rede, assegurando o protagonismo comunitário e a corresponsabilidade na produção do cuidado e da vigilância em saúde. Adicionalmente, o projeto articula-se às diretrizes nacionais de adaptação do setor saúde às mudanças climáticas, em especial ao Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima do Setor Saúde (AdaptaSUS 2024–2035), ao Plano de Ação em Saúde de Belém e ao Programa Brasil Saudável: Unir para Cuidar. Essa articulação será operacionalizada por meio da incorporação de estratégias de vigilância em saúde, comunicação de risco, atuação intersetorial e fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, alinhando as ações do PET-Saúde às políticas nacionais e às necessidades do território.

### **Estratégias de Monitoramento e Avaliação**

Descrever:

§ como será realizado o acompanhamento do projeto;

§ como as metas e indicadores serão monitorados;

§ como os resultados do processo serão analisados e utilizados para ajustes no desenvolvimento do projeto;

§ a articulação com as estratégias de monitoramento e avaliação previstas pelo PET-Saúde.

O acompanhamento do projeto será realizado de forma contínua e sistemática, por meio de reuniões periódicas entre coordenação, tutores(as), preceptores(as), orientadores(as) de serviço e estudantes, com periodicidade mensal e, quando necessário, encontros extraordinários. Essas reuniões terão como finalidade avaliar o andamento das atividades previstas em cada eixo, identificar dificuldades operacionais, acompanhar o cumprimento do cronograma e fortalecer a integração entre ensino, serviço e comunidade. Esse processo será articulado ao comitê gestor local do projeto,

contribuindo para o alinhamento das ações às necessidades do território e às diretrizes do SUS. Adicionalmente, serão utilizados instrumentos de registro sistemático, como relatórios técnicos, diários de campo, atas de reuniões e plataformas digitais colaborativas, que permitirão documentar o desenvolvimento das ações, garantir a rastreabilidade das atividades realizadas e subsidiar os processos de análise e tomada de decisão. O monitoramento das metas e indicadores será orientado pelo planejamento estratégico por eixo do projeto. No Eixo I, serão acompanhados indicadores relacionados à implantação e funcionamento dos Núcleos de Vigilância Popular em Saúde e Clima, à estruturação do observatório, à realização de mapeamentos participativos, à integração com a Atenção Primária à Saúde e ao desenvolvimento de ações de resposta às emergências climáticas. No Eixo II, serão monitorados os processos formativos interprofissionais articulados à Educação Permanente em Saúde nos serviços, incluindo a participação de estudantes, residentes e trabalhadores do SUS, bem como a articulação com projetos de extensão e ligas acadêmicas. No Eixo III, serão acompanhados indicadores referentes à formação de comunicadores populares, ações de letramento digital e comunicação de risco, à estruturação de redes comunitárias de comunicação, à produção e difusão de conteúdos e à implementação de painéis territoriais de saúde e clima. Esses indicadores serão monitorados por meio de planilhas sistematizadas e relatórios periódicos, permitindo avaliar o progresso em relação às metas estabelecidas, com desagregação por território e grupos populacionais, incorporando a perspectiva da equidade em saúde. O monitoramento também considerará a integração entre os eixos, especialmente o uso das informações produzidas pela vigilância popular (Eixo I) nas estratégias de comunicação e inovação em saúde (Eixo III). A análise dos resultados será realizada de forma processual e participativa, envolvendo os diferentes atores do projeto. Serão utilizadas abordagens quantitativas, por meio da análise dos indicadores, e qualitativas, com base em relatos, oficinas, rodas de conversa e registros de campo, possibilitando uma compreensão ampliada dos avanços, desafios e impactos das ações desenvolvidas. Os achados do monitoramento serão discutidos nas instâncias de gestão do projeto e utilizados para retroalimentar o planejamento, possibilitando ajustes oportunos nas estratégias, readequação de ações, redefinição de prioridades e fortalecimento das intervenções mais efetivas no território. Essa lógica de avaliação formativa busca garantir maior responsividade do projeto às necessidades locais e às dinâmicas das emergências climáticas e ambientais. A articulação com as estratégias de monitoramento e avaliação do PET-Saúde: Clima será assegurada por meio do alinhamento às diretrizes do programa, incluindo a utilização dos instrumentos e indicadores oficiais de acompanhamento, o envio de relatórios institucionais nos prazos estabelecidos e a participação nos processos avaliativos conduzidos pelo Ministério da Saúde. O projeto também buscará integrar seus indicadores e resultados às iniciativas do Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima do Setor Saúde (AdaptaSUS 2024–2035), contribuindo para o fortalecimento da vigilância em saúde, da capacidade de resposta do SUS e da produção de evidências sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde. Dessa forma, o monitoramento e a avaliação serão concebidos como dispositivos estratégicos para a qualificação contínua

do projeto, o aprimoramento dos processos formativos e o fortalecimento das políticas públicas orientadas pela equidade em saúde.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, I.; ROCHA, V.; LONDE, L. Mudanças climáticas, desastres e saúde: desafios para o Sistema Único de Saúde. 2021.

BARROS, F. P. C. de; SOUSA, M. F. de. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9–18, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016146195>

BRASIL. Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima do Setor Saúde – ADAPTASUS 2024–2035 [Internet]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2025/plano-de-adaptacao-a-mudanca-do-clima-do-setor-saude-adaptasus.pdf>

Defesa Civil de Juiz de Fora. Mapeamento de Áreas de Risco de Juiz de Fora [online]. 2026. Disponível em: <Portal PJJ | SG | SSPDC | Apresentação>. Acesso em: 1 maio 2026.

FERREIRA, Cássia Castro Martins et al. Proposta metodológica para análise climática intra-urbana aplicada em uma cidade média tropical. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 35, n. 83, p. 1224, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2025v35n83p1224>

FREITAS, Carlos Machado de et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3645–3656, 2014.

FREITAS, Carlos Machado de et al. Emergências em saúde pública e desastres: desafios para a vigilância em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2955–2966, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Juiz de Fora/MG. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/juiz-de-fora.html>. Acesso em: 5 maio 2026.

INMET (Instituto Nacional de Meteorologia). INMET: Tempo [online]. 2026. Disponível em: <INMET :: Tempo>. Acesso em: 21 abr. 2026.

JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Saúde. Plano Municipal Participativo de Saúde 2026–2029. Juiz de Fora: PJJ, 2025/2026. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/ss/instrumento-planejamento/>. Acesso em: 5 maio 2026.

MARENGO, J. A. Impactos sociais dos eventos climáticos extremos. *Ciência e Cultura*, v. 76, n. 3, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20240068>

MAPBIOMAS. Brasil: áreas urbanas em regiões de risco crescem mais rápido que urbanização total entre 1985 e 2024 [online], 4 mar. 2026. Disponível em: <MapBiomias Brasil>. Acesso em: 23 abr. 2026.

O mês que entrou para a história de Juiz de Fora. *Notícias UFJF* [online], Juiz de Fora, 27 fev. 2026. Disponível em: <O mês que entrou para a história de Juiz de Fora - Notícias UFJF>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ROCHA, V.; LONDE, L. R. Desastres: velhos e novos desafios para a saúde coletiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

UNDRR (United Nations Office for Disaster Risk Reduction). Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction: Resilience Pays: financing and investing for our future, 2025. Disponível em: <[file] GAR 2025 Main report (106862)>. Acesso em: 21 abr. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Climate change and health. Geneva: World Health Organization, 2024. Disponível em: [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA77/A77\\_R14-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA77/A77_R14-en.pdf). Acesso em: 13 nov. 2024.